

Debatedores divergem sobre mudanças na Lei Pelé

Clubes defendem em audiência a aprovação do texto sem mudanças, e agentes de jogadores pedem alterações. **4**



Eduardo Setton, John Forman, Bernardo Gradin, Fernando Collor, José Renato Almeida e Armando Coelho na reunião

Audiência pública aponta desafios do Brasil para explorar petróleo

Debatedores na Comissão de Infraestrutura demonstram preocupação com os desafios que o petróleo do pré-sal impõe ao país. **5**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.219 – Brasília, terça-feira, 27 de abril de 2010

Governo tenta abrir caminho para votar projetos do pré-sal

Um dos motivos que impediam o andamento das votações foi atendido pelo governo: a reivindicação feita pelos estados nordestinos para uma renegociação da dívida de pequenos agricultores do semiárido

Duas medidas provisórias que trancam as votações do Plenário podem ser votadas hoje. Pelo menos essa

é a expectativa do governo. Por meio de seu líder, Romero Jucá, foram eliminados alguns dos entraves para assegurar que, na

semana que vem, os senadores comecem a examinar os projetos que tratam do marco regulatório da exploração de petró-

leo na camada do pré-sal. Uma das MPs concede benefício fiscal a indústrias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. **3**

especial Cidadania

LDO cria cenário que mexe com vida do cidadão

Veja por que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser acompanhada por quem tem interesse na aplicação adequada dos recursos públicos. **8**

Alunos de Brasília participam do projeto Onda em Barbacena (MG): direitos humanos e orçamento público



Projeto Onda/Thesc



J. Freitas

Vigilantes recebem homenagem e pedem aprovação de adicional

Plenário lotado para celebrar dia nacional da categoria ouve pedidos em favor da aprovação do adicional de periculosidade de 30%. **2**

Galerias ficaram lotadas por vigilantes trazidos de todo o país pela confederação nacional da categoria

Senado homenageia dia nacional da categoria (20 de junho), que pressiona por aprovação de projeto que concede 30% de periculosidade

Em sessão especial, vigilantes cobram apoio ao adicional de risco de vida

DELEGAÇÕES DE VIGILANTES de todo o país lotaram as galerias do Plenário em sessão especial do Senado que ontem celebrou antecipadamente o dia nacional da categoria (20 de junho). Eles pressionam o Congresso a aprovar lei que assegure o pagamento de adicional por risco de vida – 30% do salário.

Três projetos tratam do assunto: lei tramitam no Congresso: os PLSs 387/09 e 682/07, respectivamente, do senador Paulo Paim (PT-RS) e da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e o PLC 220/09, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A sessão foi proposta por Paulo Paim, e a mobilização das galerias, organizada pela Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços.

Valorização

Na sessão especial, Serys pregou a valorização do trabalho dos vigilantes – cerca de 1,8 milhão de profissionais registrados. A parlamentar lembrou que a segurança privada cresce a cada dia no país e que o trabalho dos vigilantes envolve riscos concretos. Por isso é favorável à aprovação de projeto que concede o benefício.

– O adicional de periculosidade é justo e tem que ser aprovado o mais rápido possível – resumiu o senador Paulo Paim, que defendeu ainda piso salarial “decente” para os vigilantes e aposentadoria especial aos 25 anos de serviço para toda a categoria.

Presente na sessão especial, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu a aprovação do



Galerias e Plenário lotados na sessão especial para os vigilantes

adicional de periculosidade de 30%, desde que o benefício seja somente para os vigilantes. Segundo ele, a iniciativa de Vanessa Grazziotin foi alterada na Câmara e passou a abranger todas as profissões sujeitas a acidentes de trabalho, de trânsito ou algum tipo de violência física.

Representantes de vigilantes

de diversos estados revezaram-se na tribuna para homenagear os profissionais e pedir a aprovação do adicional. O ex-deputado federal Chico Vigilante defendeu a aprovação de lei disciplinando a atividade da categoria que, informou, movimenta por ano mais de R\$ 15 bilhões.

CPI do MST ouve representantes de ministérios

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem reunião marcada para amanhã, às 14h, quando ouvirá, em audiência pública, representantes de ministérios.

Estão convidados José Humberto Oliveira e Argileu Martins da Silva, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Cláudia Regina Bonalume, do Ministério do Esporte; e João Felipe Nogueira Matias, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A CPI do MST foi criada em dezembro do ano passado para apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios firmados entre a União e entidades ligadas à reforma agrária. A comissão também investiga o financiamento clandestino para a invasão de terras.

Comissão vota restauração da aposentadoria integral para juízes

As aposentadorias de juízes e integrantes do Ministério Público e as pensões que deixam a seus dependentes podem voltar aos padrões fixados no texto da Constituição de 1988, quando os valores pagos eram sempre integrais. Alterado pela reforma da Previdência Social instituída pela Emenda Constitucional 20, de 1998, o regime anterior pode ser restaurado por proposta de emenda à Constituição (PEC 46/08) que deve ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira.

Integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública também podem ser beneficiados pela restauração das regras suprimidas pelas reformas previdenciárias das duas últimas décadas. Na opinião do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), relator do projeto apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

e mais 29 senadores, “alguns excessos” das reformas precisam de correção.

Para o relator e os autores da proposta, não se pode ferir o princípio da irredutibilidade dos ganhos dos juízes, uma das garantias que sustentam a independência do Poder Judiciário.

Antes de 1998, a Constituição garantia aos magistrados a aposentadoria integral seja na invalidez ou na retirada compulsória aos 70 anos. Outra possibilidade era a aposentadoria facultativa, aos 30 anos de serviço, desde que o juiz tivesse cumprido cinco anos de exercício nas funções.

A partir da EC 20, resguardadas as regras de transição, a aposentadoria compulsória passou a ser sempre proporcional ao tempo de contribuição, podendo ser integral se o servidor houver cumprido o tempo mínimo necessário de contribuição exigido em lei.



Paim (E); Serys; José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes; ex-deputado Chico Vigilante e Ademir Wiederkehr, da CUT-SP

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pré-sal na pauta trancada

14h Na sessão deliberativa, a pauta segue trancada por duas medidas provisórias e por três projetos que formam o marco regulatório da exploração do petróleo na área do pré-sal.

Presidência Homenagem a José Alencar

11h O presidente do Senado recebe a desembargadora do TRF da 3ª Região Suzana de Camargo, às 10h, e o deputado federal Carlos Bezerra, às 10h30. Participa, às 11h, de sessão na Câmara em homenagem ao vice-presidente José Alencar e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Operações de crédito rural do BNDES

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute em audiência pública a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES.

CAE Salário mínimo ao idoso

10h A eliminação de entraves burocráticos à concessão do benefício de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência está entre os projetos da Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Programa universitário de esporte

11h Projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Universitário de Apoio ao Esporte é o primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CMA Dispensa de certidão negativa

11h30 Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor examina projeto que dispensa a exigência de certidão negativa para desconto em folha de servidor na compra de imóvel.

CAS Direitos sociais das mulheres

14h A comissão debate os direitos da mulher no sistema de Seguridade Social com representantes de entidades e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

CPC Código de Processo Civil

13h Apresentação e votação do relatório final da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil.

Campanha Trabalho doméstico legal

15h Lançamento, no Senado, da campanha 5 milhões de domésticas legais em 2010, promovida pelo Instituto Doméstica Legal, com o apoio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Se a pauta for liberada, projetos que integram o chamado marco regulatório do pré-sal poderão ser examinados pelo Senado a partir da próxima semana

Governo espera abrir caminho para votar pré-sal

O PLENÁRIO PODE votar hoje as duas medidas provisórias que impedem as demais deliberações – as MPs 472/09 e 473/09. Essa é a expectativa do governo, já que assim será possível liberar a pauta para aquele que é considerado o grande debate do ano: o marco regulatório do pré-sal.

A MP 473/09 liberou crédito extraordinário no valor global de R\$ 742 milhões para a recuperação de estradas e infraestrutura dos municípios atingidos pelo excesso de chuvas ocorridas no ano passado.

Já o projeto de lei de conversão (PLV 1/10) proveniente da MP 472/09 concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, especialmente à indústria petrolífera das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os incentivos se estendem à indústria aeronáutica e empresas de informática e são estimados em R\$ 3 bilhões em 2010. O governo alega que a proposta reforça o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O relator do projeto é o próprio líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que incluiu no texto emenda que prevê os termos da renegociação da dívida dos pequenos agricultores do semiárido nordestino.

A oposição, especialmente os senadores daquela região, vinham pressionando nesse sentido desde a votação da polêmica MP 470/09, que acabou perdendo a validade por falta de acordo. O relator também incluiu no texto do projeto dispositivos da MP invalidada.

De acordo com informações da liderança, ainda não há consenso para votar o PLC 309/09,



Parecer de Romero Jucá beneficia agricultores do semiárido

que autoriza o Executivo a criar estatal para gerir os contratos de partilha de produção, exploração e comercialização do petróleo da camada pré-sal, a Petro-Sal.

O texto, que tramita em regime de urgência, também tranca a pauta do Plenário desde o dia 19 de abril. Os demais projetos do marco regulatório do pré-sal – o PLC 7/10, que propõe a criação de um fundo social a partir dos recursos do pré-sal; o PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras para exploração dos novos poços; e o PLC 16/10, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração dos recursos dos pré-sal e do novo modelo de distribuição dos royalties do petróleo – já estão em Plenário, mas só passarão a trançar a pauta no dia 7 de maio.



Empresas de produção na área de informática receberão incentivo fiscal previsto no Programa de Aceleração do Crescimento

Decisão sobre diretor da ANA pode sair ainda nesta semana

Os senadores também podem decidir em Plenário, ainda nesta semana, o desfecho da polêmica votação que aprovou, no último dia 14, o nome de Paulo Rodrigues Vieira para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar amanhã a questão de ordem feita à Mesa do Senado pelo senador José Agripino (DEM-RN), com o apoio do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

No documento, Agripino questiona a regimentalidade da votação, já que a indicação de Paulo Vieira havia sido rejeitada pelo Plenário em dezembro do ano passado. O senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, disse na quinta-feira que é favorável ao mérito da questão de ordem apresentada pelo líder do seu partido, contra a votação do Plenário.

O parecer da CCJ deverá ser submetido à apreciação do Plenário.



Questão de ordem de Agripino quer anular votação do último dia 14

Oposição quer manter prerrogativa do Congresso

Integrantes da oposição que atuam na Comissão Mista de Orçamento (CMO) condenam a intenção do governo de reduzir as atribuições do Congresso no controle preventivo sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Divulgado na última sexta-feira, estudo elaborado por consultores de Orçamento do Senado e da Câmara aponta a existência de dispositivo no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

para 2011 que retira do Legislativo a atribuição de paralisar obras com problemas de maior gravidade, controle exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para o senador Adelmir Santana (DEM-DF), o controle do Congresso sobre atos do Executivo precisa ser valorizado e não diminuído. Depois de afirmar que os cidadãos exigem controle e transparência maiores em relação aos gastos públicos, ele classificou de inaceitáveis as medidas em direção contrária a esse sentimento.

– A oposição vai gritar, mas temo que possa ser do jeito que o governo quer – lamentou.

Se a paralisação de obras e serviços com indícios de irregularidades incomoda, afirma José Nery (PSOL-PA), os gestores devem ter mais cuidado ao elaborar os projetos e fazer as licitações, mantendo ainda alto controle na fase de execução das obras.

– Essas prerrogativas não existem para atrapalhar governo nem ninguém, mas apenas para garantir a boa gestão dos recursos públicos – afirmou Nery.

O relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), preferiu não comentar o dispositivo incluído no projeto da LDO – em que são estabelecidas prioridades e metas para a elaboração da proposta orçamentária. Como disse o relator, sua intenção é construir uma posição comum junto a todos os membros da CMO, o que irá tentar depois de se aprofundar sobre o assunto.



Adelmir Santana defende controle do Congresso sobre atos do Executivo



Gim quer acordo entre membros da CMO sobre dispositivo incluído na LDO

Pelo texto, decisão de paralisar obras ficará com o governo

Em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2010, o Tribunal de Contas da União (TCU) entregou à Comissão Mista de Orçamento (CMO), no final de setembro passado, a lista consolidada de obras com indícios de irregularidades graves que justificassem sua paralisação.

Em seguida, o Congresso manteve pouco mais de 20 desses empreendimentos no anexo de obras irregulares que passou a integrar o Orçamento aprovado para esse ano. Mesmo recebendo dotações, as obras do anexo só poderiam começar a receber recursos depois da correção dos problemas.

As consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara constataram, conforme nota técnica divulgada na última sexta-feira, uma mudança no sistema de decisão sobre as obras com indícios de irregularidades graves que valeu para o ano passado e também

nos anteriores.

No projeto da LDO de 2011, a atuação do TCU deve ser apenas indicativa, pois, mesmo após o reconhecimento dos indícios de irregularidade grave pelo Congresso, não haveria “qualquer obstáculo” para a execução das obras.

Pela proposta, a decisão de parar a obra seria do órgão gestor, depois das “medidas preventivas e saneadoras que julgar competentes”. Conforme disposto no artigo 95, a paralisação efetiva só ocorreria depois de uma série de considerações, a começar pelos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do atraso na execução.

Seria também necessário analisar os riscos à população e também as possíveis perdas decorrentes da depreciação, obsolescência e exaustão dos bens e serviços obtidos. Outro aspecto seriam os custos de desmobilização e posterior retomada das atividades.

Conforme senador, clubes defenderam, no debate no Paraná, rápida aprovação do projeto, sem modificações, enquanto MPT e agentes dos jogadores reclamaram alterações no texto



Polêmica marca audiência pública sobre a proposta que muda Lei Pelé

UMA DISCUSSÃO AMPLA, com muita polêmica, marcou a audiência pública realizada ontem em Curitiba pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto da Câmara que altera a Lei Geral do Esporte, a chamada Lei Pelé.

Relator da matéria na comissão, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou que as opiniões se dividiram entre os que defendem a aprovação rápida e sem mudanças da proposta (PLC 9/10), como os representantes dos clubes, e os que desejam modificações no texto pelo Senado, como o Ministério Público do Trabalho (MPT) e agentes de jogadores de futebol. O debate, realizado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, prossegue amanhã no plenário da CCJ, a partir das 10h.

Alvaro se disse convencido de que o projeto não pode ser aprovado da forma como veio da Câmara. O senador avalia se serão realizadas mudanças mais simples, por meio de emendas de redação ou supressivas, ou substanciais, como as pleiteadas pelos segmentos insatisfeitos com a proposta. Se prevalecer essa segunda hipótese, as alterações seriam feitas na CCJ mediante acordo prévio com a Câmara, a fim de agilizar sua aprovação definitiva.

Controvérsia

Como exemplos de pontos controversos do projeto, ele citou a regulamentação do contrato de trabalho do atleta profissional e a questão da publicidade no direito de arena. No primeiro caso, a proposição



Alvaro cita como pontos controversos o contrato do atleta e o direito de arena

reconhece o atleta que atua em modalidades individuais como autônomo, enquanto vincula a contrato formal de trabalho aquele que disputa modalidades coletivas, como o jogador de futebol. O direito de arena é o poder dado à entidade desportiva para negociar, autorizar ou proibir a transmissão e reprodução de jogos.

O debate contou com a participação, entre outros convidados, do ministro do Esporte, Orlando Silva; do vice-presidente do Clube dos Treze Marcos Augusto Malucelli; e do presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais, o ex-jogador Wilson Piazza. Depois de examinada pela CCJ, a proposta será submetida ainda às comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE).

Texto define novas regras entre clubes e atletas

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 9/10 modifica a Lei Pelé (Lei 9.615/98) e define novas regras de relacionamento entre os clubes e os atletas. O projeto – que tramita na Comissão de Constituição e Justiça – aumenta o repasse de recursos aos clubes formadores de esportistas para as modalidades olímpicas e para o futebol, entre outras medidas.

De autoria do Poder Executivo, o texto original foi aprovado na Câmara sob a forma de substitutivo. O projeto determina que até 5% dos valores pagos pelos clubes compradores nas transferências nacionais de jogadores de

futebol, definitivas ou temporárias, sejam repassados aos clubes formadores.

Os clubes que ajudam na formação de atletas, com idade entre 14 e 17 anos, terão 1% do valor da transferência para cada ano de investimento no jovem dentro desse período. Já os clubes que formarem jogadores entre os 18 e 19 anos terão 0,5% por ano.

Conforme a proposta, o aumento de recursos para os clubes formadores de atletas olímpicos será garantido pelo repasse de dinheiro de loterias federais, que antes era destinado ao Ministério dos Esportes. Para receber esse benefi-

cio, os clubes deverão aplicar o dinheiro em programas de desenvolvimento e manutenção do desporto, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e transporte de atletas.

Pelo texto, os contratos de jogadores de futebol devem estabelecer indenizações para o atleta e para o clube, caso ocorram mudanças no contrato. Os esportistas não receberão hora extra, adicionais noturnos ou quaisquer adicionais em razão de períodos de concentração, viagens, pré-temporada e participação do atleta em partida, prova ou equivalente.

Maciel celebra o crescimento da arbitragem judicial no país

O senador Marco Maciel (DEM-PE) comemorou os avanços obtidos na Justiça a partir da lei sobre arbitragem no Brasil (9.307/96), que nasceu de um projeto dele de 1992. Maciel assinalou que grande parte das demandas deixou de ser encaminhada para as instâncias de juízo e passou a ser resolvida por comissões de arbitragem – para ele, mais criativas na busca de caminhos alternativos para a solução de litígios.

– Acredito, firmemente, que a arbitragem e os demais métodos extrajudiciais de solução de controvérsias terão, cada vez mais, a desejada utilização dos operadores de direito, à medida que a cultura se espalhe e sua utilização se torne conhecimento comezinho do campo do Direito – afirmou.

Maciel disse que, desde 2005, as câmaras de arbitragem registraram o valor de R\$ 4,92 bilhões em 286 processos. Entre 2008 e 2009, houve um aumento de 74% no número de procedimentos, que passaram de 77 para 134. Em comparação, lembrou, entre 2005 e 2008 o número de arbitragens chegara a apenas 152.

O senador observou ainda que



Arbitragem reduz pressão sobre juízes e traz soluções simples, diz senador

até mesmo no campo trabalhista a arbitragem vem se tornando corriqueira. Ele ressaltou que isso se deve à iniciativa das empresas estrangeiras cujas matrizes se utilizam largamente desse instituto para solução de conflitos, principalmente na área dos altos executivos.

– O trabalho que tem sido feito para que se desenvolva no país uma cultura da arbitragem é do máximo interesse das pessoas e da nação. O resultado desse movimento e da consolidação da cultura da arbitragem será, de um lado, a redução das demandas dirigidas à Justiça tradicional e, por outro lado, veremos a prática de soluções mais simples – afirmou.

Novo CPC permitirá que juiz rejeite ação sem ouvir o réu

A comissão de juristas encarregada pelo Senado de apresentar um anteprojeto para o novo Código de Processo Civil (CPC) decidiu que os juízes poderão, mesmo sem ouvir o réu, julgar certas ações como improcedentes, se os tribunais superiores tiverem consagrado uma sentença para casos semelhantes. Os juristas entendem que isso poderá acelerar os processos.

Segundo o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, ao rejeitar uma ação imediatamente, em assuntos “pacificados”, o juiz não estará prejudicando o réu. Quando o juiz entender, nesses casos, que a ação é procedente, ele deverá dar a sentença logo após vencido o prazo dado à defesa.

– Nos assuntos pacificados, ouvido o autor e o réu, o juiz deve proferir sua sentença imediatamente. Isso vai ser um ganho de tempo muito grande na tramitação do processo em primeiro grau – disse Fux.

A comissão de juristas decidiu ainda que os advogados do serviço público terão, para se manifestar nos autos, o dobro



Luiz Fux prevê grande ganho de tempo na primeira instância

do prazo dado aos particulares, já que precisam de mais tempo para elaborar as defesas e os recursos por acompanharem muitos processos diferentes ao mesmo tempo. Além disso, só os dias úteis vão contar nos prazos dados aos advogados do poder público.

Também ficou decidido que será conferida autenticidade aos documentos emitidos por meio eletrônico, tal como ocorre com os documentos originais escritos.

Fux ainda confirmou que o chamado incidente de coletivização será chamado no anteprojeto de “resolução de demandas repetitivas”.

Paim defende aprovação do projeto da Câmara que pune a alienação parental

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 20/10) que define as ações que caracterizam a alienação parental e estabelece punição ao pai que incite o filho a odiar a mãe depois da separação – o mesmo valendo para a mãe em relação ao pai.

Paulo Paim, que é relator da matéria na Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa (CDH), explicou que a alienação parental é caracterizada quando um dos pais ou um dos detentores da guarda da criança ou do adolescente prejudica o estabelecimento ou a manutenção de vínculos por parte destes com aquele que não detém a guarda.

Paim lembrou que foi comemorado nesse domingo o Dia Nacional de Consciência sobre a Alienação Parental. O

problema pode trazer sérios danos para as crianças e os adolescentes filhos de pais separados, acrescentou.

Vigilantes

O senador saudou os vigilantes brasileiros, homenageados no Plenário do Senado na manhã de ontem. Ele defendeu a aprovação de projetos que beneficiam a categoria: os PLs 387/09 e 682/07 e o

PLC 220/09.

O senador registrou ainda que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar hoje, às 14h, audiência pública para discutir os direitos da mulher no âmbito da Previdência Social.

Paim apresentou requerimento pedindo voto de pesar pelo falecimento, na sexta-feira, em Porto Alegre, do pastor evangélico Homero Severo Pinto.

Especialista lembra em debate na Comissão de Infraestrutura que, apenas para retirar 50 milhões de barris, Brasil precisará de mais de US\$ 500 bi

Desafios para explorar o petróleo no pré-sal preocupam debatedores

OS DESAFIOS QUE se colocam à exploração do petróleo da camada do pré-sal dominaram os debates durante audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na noite de ontem. Um dos participantes da audiência, Armando Guedes Coelho, presidente do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), explicou que apenas para retirar do pré-sal a quantidade de petróleo correspondente à estimativa mais modesta – 50 bilhões de barris – o Brasil precisará de mais de US\$ 500 bilhões.

Como o país não tem esses recursos, precisará atrair investimentos, o que, como observou Guedes Coelho, requer o estabelecimento de regras claras que não surpreendam os que desejam aplicar seus recursos no projeto brasileiro. No campo tecnológico, ele não vê grandes obstáculos, porque a Petrobras tem conseguido reduzir o tempo e os recursos financeiros necessários à operação dos poços.

Mão de obra

A situação se complica, segundo o dirigente da Firjan, na questão dos recursos humanos, cuja demanda, em sua avaliação, o Brasil não está preparado para suprir. O mais difícil, ressaltou, é que a mão de obra para trabalhar em águas profundas deve ser altamente qualificada, o que pode levar o Brasil a importar trabalhadores de outros países.

– Se acontecer algum acidente por falha humana em águas profundas, o dano é

descomunal – alertou.

O desafio logístico é outro problema que preocupa o dirigente da Firjan. A produção a 300 ou 400 quilômetros da costa marítima, como observou, impõe uma série de dificuldades, a começar pela falta de autonomia dos helicópteros de transporte para as operações de ida a essas plataformas e de retorno delas.

Guedes Coelho disse acreditar na superação desses desafios e previu boa colocação do Brasil no cenário internacional em 2050: grande produtor de alimentos e gigante na produção de energia, ao contrário do resto do mundo, que, conforme observou, sofrerá escassez desses insumos e superpopulação.

Desvantagem

A preocupação com a formação de recursos humanos foi expressa por outro participante da audiência, Bernardo Gradin, presidente da Braskem, terceira maior produtora petroquímica das Américas. Ele observou que a média de 7,4 anos de estudo do trabalhador brasileiro é inferior à de países vizinhos, como Chile, Peru e Argentina (com média de mais de 10 anos).

Essa questão da mão de obra, como ele assinalou, se torna particularmente importante na indústria petroquímica: desde a base operacional até a engenharia de manutenção, leva-se um ciclo de cinco anos para formar equipes.

As projeções sobre a carência de engenheiros no mercado de trabalho preocupam Gradin: se o crescimento do produto interno bruto (PIB) se mantiver



Eduardo Setton (E), John Forman, Gradin, Collor, José Renato e Guedes Coelho

na faixa de 5% ao ano, faltarão 250 mil engenheiros até 2015 e 1 milhão em 2022.

Presidindo a audiência, Fernando Collor (PTB-AL) observou que a situação preocupa diante da informação de que, para cada 100 engenheiros formados, 72 estão fora da profissão.

Gradin sugeriu o envolvimento de empresas e suas entidades de classe na definição das diretrizes curriculares dos cursos de Engenharia propostas pelo Ministério da Educação. Segundo ele, essa fórmula tem ajudado os Estados Unidos e a Europa a superarem seus problemas.

Simulações para atravessar camada de rocha

Durante a audiência, o professor Eduardo Setton, coordenador do Laboratório de Computação Científica e Visualização da Universidade Federal de Alagoas (LCCV-Ufal), apresentou o andamento de um projeto que resultou de parceria com a Petrobras na busca de solução para o pré-sal.

Como explicou, o projeto, que integra a Rede Galileu, usa recursos da mecânica computacional, com trabalhos relacionados a dutos, reservatórios, sistemas de ancoragem e *raisers*. Os estudos e simulações podem ajudar a Petrobras a atravessar as espessas camadas de rochas salinas.

O coordenador-executivo do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), José Renato Ferreira de Almeida, explicou que, a partir de um diagnóstico dos recursos críticos necessários para a implementação dos projetos planejados ao longo do tempo, o Prominp identifica os gargalos relacionados a qualificação profissional, infraestrutura industrial e fornecimento de materiais, equipamentos e componentes.

Ao fim da audiência – a oitava dentro da Agenda Desafio 2009-2015 –, Fernando Collor anunciou a realização de uma outra reunião, com palestrantes que ofereceram soluções em todos os painéis, a fim de consolidar propostas que serão encaminhadas ao governo federal.

Interlegis inicia inscrições para cursos a distância no dia 1º

A partir de 1º de maio, a comunidade legislativa poderá se inscrever nos cursos gratuitos a distância do Sistema Saberes. Até o dia 16, ficam abertas as inscrições para os oito cursos gratuitos programados para o primeiro semestre. As aulas serão de 1º a 5 de julho.

Os cursos disponíveis são: Busca de Qualidade, Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal, Fundamentos de Educação a Distância, Licitação e Contratos, Noções Básicas de Administração, Tutoria no Ensino a Distância, Introdução ao Orçamento Público, e Oratória. A partir do segundo semestre deste ano, mais de duas dezenas de novos cursos estarão disponíveis no Saberes.

Os participantes terão direito a certificado ao final. Cada turma será composta de no máximo 150 alunos, mas as inscrições são prioritárias para servidores do Legislativo de

todo o Brasil. Dez por cento das vagas em cada turma estarão disponíveis para demais interessados.

Os pré-requisitos necessários para a realização da matrícula são: ser membro ou servidor do Poder Legislativo, ter conhecimentos básicos de informática e navegação na internet. Até 20 de maio, deverá ser encaminhada ao Interlegis – por e-mail, fax ou carta – a declaração de autorização da Casa Legislativa.

Para mais informações, acesse o site do Programa Interlegis: <http://www.interlegis.gov.br/>; escreva para saberes@interlegis.gov.br ou telefone para (61) 3303-2552 e (61) 3303-2553.

O Saberes é a plataforma do setor de capacitação do Programa Interlegis e oferece cursos nas modalidades presenciais e a distância. Para saber quais os cursos disponíveis, acesse <http://saberes.interlegis.gov.br>.

Clonagem de animais e Plano Brasil 2022 na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) analisa amanhã projeto (PLS 73/07) que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de animais mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o projeto recebeu voto favorável do relator, senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

A proposta restringe a pesquisa e a produção comercial de

clones à pessoa jurídica de direito público ou de direito privado legalmente constituída; exige registro da atividade junto ao órgão competente; requer autorização para a importação de clones; define normas e órgãos responsáveis para pesquisa, produção e importação de clones; dá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a atribuição de autorizar a introdução de alimentos provenientes de animais clonados na cadeia alimentar humana e animal; e estabelece penalidades para o

descumprimento de suas regras e para danos ao meio ambiente.

Ainda na reunião de amanhã da CCT, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, fala sobre o que está sendo discutido nas propostas do Plano Brasil 2022 – projeto de metas e ações estratégicas para guiar o desenvolvimento do país. O ministro pretende apresentar o plano ao presidente Lula até o dia 30 de junho. A audiência foi pedida pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).



Senadores examinam proposta da senadora Kátia Abreu que regulamenta a pesquisa e a produção de clones de animais

Paulo Paim alerta para movimento que pretende acabar com o direito de as mulheres se aposentarem após 30 anos de contribuição e 55 de idade

CAS debate direitos previdenciários femininos

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) solicitou uma audiência pública para discutir os direitos da mulher no âmbito da Previdência Social. Ele argumentou que há um movimento que pretende acabar com o direito de as mulheres se aposentarem [com rendimentos integrais] após 30 anos de contribuição e 55 anos de idade. O debate será promovido hoje pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

– Todos sabemos que a mulher tem uma dupla jornada. Esse direito tem de ser mantido – afirmou Paim.

Paulo Paim, que é vice-presidente da CAS, ressaltou que outra questão a ser discutida é o fator previdenciário, “que atinge diretamente as mulheres e chega a resultar em um redutor de 50% nos rendimentos de suas aposentadorias”.

O senador é autor do projeto de lei que extingue o fator previdenciário – a

proposta já foi aprovada no Senado e tramita atualmente na Câmara (PL 3.299/08, tendo tramitado no Senado como PLS 296/03).

Paim observou ainda que pretende tratar de outro projeto de lei de sua autoria, o PLS 91/10, que prevê a “desaposentadoria”. Essa proposta permite que uma pessoa renuncie à sua aposentadoria para solicitar, posteriormente, uma nova aposentadoria com valor maior.

– Isso pode beneficiar quem teve de voltar a trabalhar porque perdeu muito [com a aposentadoria] – declarou o senador.

Foram convidados para o debate na CAS Cleusa Aparecida da Silva, da Articulação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB); Adriana Maria Mezadri, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Regina Maria Semião, da Federa-

ção Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad); Verônica Maria Ferreira, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Eunice Léa de Moraes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República.

A audiência será aberta ao público e terá início às 14h, na sala 9 da Ala Alexandre Costa.

Outras audiências

A comissão realiza amanhã outras duas audiências públicas. A primeira, de manhã, para debater o Estatuto do Motorista Profissional. A segunda, à tarde, para discutir o pagamento do benefício da prestação continuada a pessoas com deficiência.



Gerardo Magela

Autor do pedido de audiência, Paulo Paim frisa que mulher faz dupla jornada e deve ter direito mantido

Campanha pela carteira assinada será lançada hoje no Congresso

Para pressionar a Câmara a aprovar os projetos de lei que estimulam a formalização no emprego (carteira assinada e pagamento de previdência social), será lançada hoje a campanha 5 milhões de domésticas legais em 2010. O evento será realizado no Senado e tem o apoio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autora de três das várias propostas que tratam do assunto.

O lançamento da campanha será realizado a partir das 15h, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

A iniciativa é do Instituto Doméstica Legal, para o qual a aprovação desses projetos permitiria, ainda neste ano, a formalização de mais de 3 milhões de empregados domésticos que hoje não têm acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Convidados

Segundo a assessoria de Serys, foram convidados para o evento os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Previdência Social, José Pimentel; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Também devem participar representantes



Jonas Pereira

No ano passado, Serys Slhessarenko apresentou três projetos que estimulam a formalização

da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de sindicatos da categoria.

Entre os projetos que formalizam a profissão de doméstica ou estimulam essa formalização, estão o PLS 159/09, o PLS 160/09 e o PLS 161/09 (os três de autoria de Serys), o PLS 175/06, do então senador Rodolpho Tourinho, e o PLS 447/09, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Essas propostas já foram aprovadas no Senado e atualmente aguardam votação na Câmara.

Outro projeto que trata do assunto é o PLS 194/09, do senador César Borges (PR-BA), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Gilvam Borges • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senador diz que STF terá a oportunidade de passar a história do país a limpo ao iniciar amanhã o julgamento de ação sobre o alcance da Lei de Anistia

Simon: "Tortura é crime de lesa-humanidade"

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) terá amanhã a oportunidade de passar a limpo a história do Brasil e "reafirmar a autoestima do país", ao dar início ao julgamento de ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o alcance da Lei de Anistia.

Por meio da Arquição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153, proposta em outubro de 2008, o Conselho Federal da OAB solicita ao STF que interprete o artigo 1º da norma legal (Lei 6.683/79), declarando, de forma "clara e definitiva", que a anistia não se aplica aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão durante o regime militar que manteve o país sob ditadura entre 1964 e 1985, explicou o senador.

O artigo 1º daquela norma estabelece a concessão de anistia "a todos quanto, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento em Atos Insti-

tucionais e Complementares".

Na avaliação de Simon, a votação será uma oportunidade de "lavar nossas feridas e permitir a cicatrização de uma chaga que ainda sangra, dói e machuca". Segundo ele, tortura, assassinato e desaparecimento forçado são crimes de lesa-humanidade e imprescritíveis, conforme tratados internacionais assinados pelo Brasil e "nunca colocados em prática aqui dentro".

– São crimes que não podem, portanto, ser objeto de anistia ou autoanistia. Não são crimes políticos e nem conexos, e assim não podem se nivelar às punições dadas a tantos brasileiros que, condenados às prisões ou ao exílio, acabaram beneficiados em 1979 pela Lei de Anistia que os abrigava – afirmou.

Exceção

Simon ressaltou que lei nenhuma, no Brasil ou no mundo, acolhe a tortura ou a reconhece, e que o Brasil é "o único país da América Latina que ainda não julgou criminalmente os homens que se excederam na ditadura, torturando ou matando".

O senador disse que, ao longo de 21 anos de regime autoritário, vicejou no Brasil um sistema repressivo que, por razões políticas, prendeu cerca de 50 mil brasileiros e torturou algo em torno de 20 mil pessoas –



Simon observa que "nem mesmo o AI-5 liberava o uso da tortura"

uma média de três torturas por cada dia de ditadura, "que não foi branda, nem curta, nem clemente".

– Tortura não é crime político. É muito pior do que isso. É um grave atentado à dignidade da pessoa humana, ontem, hoje e sempre, afirmou o senador, acrescentando que ninguém é inocente para "cumprir ordens" contra a lei, a moral, a ética e a verdade, e que ninguém no Brasil tinha ordens para torturar.

– Nem mesmo o AI-5, a lei mais dura do período mais sangrento do regime de 64, mencionava ou liberava o uso da tortura. Os torturadores têm algo em comum: eles têm vergonha do que fizeram. É um crime, portanto, sem pai nem mãe.



Mobilização pró-anistia em 1979: OAB solicitou que STF esclareça artigo 1º da lei



Gilvam destacou assistência à população pobre

Gilvam elogia feitos de Lula e agradece apoio dado ao Amapá

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) enalteceu o governo Lula, sustentando que ele manteve o controle da inflação e tomou medidas para o crescimento da economia, a redução do desemprego e a assistência à população mais pobre.

Ele lembrou que o Banco Mundial aplaudiu recentemente o Brasil por ter conseguido reduzir sua taxa de pobreza, que caiu de 40% da população para 25,6% entre o início dos anos 1990 e 2006. Já a "pobreza extrema" foi reduzida de 14,5% em 2003 para 9,1% em 2006. Para o Banco Mundial, é extremamente pobre quem sobrevive com menos de US\$ 1 por dia.

O senador afirmou que o programa Bolsa Família tem sido fundamental para reduzir a pobreza e vem recebendo elogios em todo o mundo, sendo até copiado em alguns países. Gilvam assinalou que Lula unificou "antigos programas" criados no governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa Escola, o auxílio-gás e cartão-alimentação.

Por fim, o parlamentar garantiu que o Amapá nunca teve tanto apoio do governo federal.

Papaléo Paes alerta sobre precariedade dos aeroportos brasileiros

A capacidade atual dos aeroportos brasileiros, mesmo com as obras de reforma já projetadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), não será suficiente para atender à demanda durante a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

A advertência é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que ontem alertou o governo para a necessidade de ampliar e modernizar a infraestrutura aeroportuária.

– O transporte aéreo no Brasil encontra-se em situação precaríssima e requer medidas urgentes, tanto para dar um mínimo de conforto aos passageiros quanto para assegurar as condições básicas e indispensáveis de segurança – disse.

Papaléo mencionou ainda que a crise aeroportuária brasileira não se restringe às grandes cidades.

Em Macapá, de acordo com o senador, onde 40 mil passageiros utilizam mensalmente o avião como meio de transporte, as instalações estão completamente obsoletas e há apenas uma esteira de bagagem.



Papaléo Paes diz que a crise é generalizada



Mozarildo: falta de Justiça é pior que de cidadania

Mozarildo comemora os 19 anos do Tribunal de Justiça de Roraima

Presente em sete dos 15 municípios de Roraima, o tribunal de Justiça do estado foi fundado há 19 anos, lembrou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

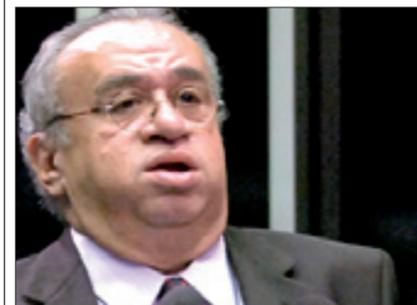
– Brigamos na constituinte para que Amapá e Rondônia se transformassem em estados, pela falta de cidadania. E pior do que a falta da cidadania, era a ausência da Justiça próxima do cidadão, pobre principalmente. Por quê? Porque os territórios federais eram jurisdicionados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Alguém que em Roraima fosse condenado em primeira instância, mesmo tendo algum tipo de recurso, teria de se deslocar ou contratar um advogado aqui em Brasília para defendê-lo em segunda instância – relatou. A atual estrutura do tribunal é composta por 650 servidores, sete desembargadores, 39 juízes de direito e dois promotores. São oito comarcas, quatro juizados cíveis e criminais, um juizado de infância e adolescência, quatro núcleos de atendimento e de conciliação dos juizados especiais e um juizado itinerante.

Heráclito critica governo federal e diz que há 100 obras paradas no Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) voltou a criticar ontem o que considerava descaso do governo federal com o Piauí. Citando discurso anterior do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que agradeceu ao governo Lula pela liberação de R\$ 15 milhões para obras e projetos no Amapá, Heráclito disse que "liberações desse tipo não acontecem no Brasil inteiro". De acordo com ele, no Piauí há cerca de 100 obras paralisadas – algumas delas prometidas no período eleitoral "de forma irresponsável" pelo governador Wellington Dias, aliado do presidente Lula.

– Vossa Excelência anunciou agora aproximadamente 15 milhões de reais, só hoje, na conta. Tem para amanhã, tem para depois. Eu louvo o prestígio que a bancada tem, a influência do presidente [do Senado José] Sarney, mas Vossa Excelência só reforça minha decepção com o presidente Lula com relação ao Piauí – disse Heráclito.

O senador também registrou encontro de prefeitos do Piauí em Campo Maior, a 70 quilômetros de Teresina. Participaram do evento 26 administradores municipais da região.



Heráclito também criticou governador do estado

Lei que orienta Orçamento interessa ao cidadão

Entender o funcionamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias é importante para que a população possa garantir e cobrar previsões de recursos que trazem benefícios para a vida diária, como ações ligadas a educação, saúde e segurança

A PREPARAÇÃO DO Orçamento federal de 2011, quando o Brasil terá um novo presidente, começou com o projeto de lei que foi entregue ao Congresso no dia 15 de abril. Essa é a data limite, prevista na Constituição, para o Executivo encaminhar a sua proposta para a futura Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deve ser votada até 17 de julho para o Congresso poder entrar em recesso. Esse ano, o responsável por relatar o projeto é o senador Tião Viana (PT-AC).

E qual a importância dessa lei que foi criada pela Cons-

tituição de 1988? Além de iniciar o processo orçamentário anual, ela define as regras para a elaboração e a execução do Orçamento. “A LDO traz previsões importantes que impactam a vida do cidadão, como o reajuste do salário mínimo e o cenário econômico

projetado para 2011”, destaca o consultor-geral do Orçamento, Orlando Cavalcante Neto (ver quadro).

Recheada de siglas e termos técnicos, ela pode desanimar os leigos. Mas é preciso cada vez mais aprender a entendê-la para poder exercer o chamado controle social sobre os orçamentos públicos. Só para se ter ideia do seu alcance, organizações feministas que lutam para efetivar a conhecida Lei Maria da Penha só conseguiram recursos para essa finalidade no Orçamento de 2009 porque eles haviam sido previstos no anexo de metas e prioridades da LDO.

– Essas ações não tinham recebido recursos no Orçamento. Mas a LDO viabilizou a luta para recuperá-los – conta Eliana Magalhães, assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que há dez anos se dedica a mobilizar e capacitar entidades e escolas para exercer o controle social dos orçamentos públicos.

Eliana lembra que essas ações estão no Plano Plurianual (PPA), lei pela qual o governo planeja suas ações para cada período de quatro anos. A pressão dos grupos sociais tem que começar no PPA e prosseguir a cada ano, a partir da LDO. A assessora alerta que pode ser uma batalha perdida se os grupos deixarem para lutar por recursos somente na época da lei orçamentária. “Se os interesses da sua cidade, do

seu estado e do país não estiverem contemplados nas regras e nos anexos da LDO, podem ficar impedidos de receber recursos do Orçamento”, avisa Eliana. O resultado é deixar de ter, por exemplo, posto de saúde, creche e escola.

Estados e municípios também são obrigados a ter LDO para elaborar e executar seus orçamentos. E o cidadão precisa estar muito atento para que esse processo não seja fictício. O Inesc recebeu denúncias de lugares no Brasil que contratam consultorias para elaborar seus projetos orçamentários. O absurdo chega a tanto, segundo a assessora, que as consultorias nem se dão ao trabalho de trocar os nomes dos municípios para os quais já elaboraram projetos de lei orçamentários. “Os nomes vêm trocados. Infelizmente, ainda não há uma cultura de controle social do Orçamento”, disse.

Por isso, o Inesc vem desenvolvendo projetos para conscientizar grupos organizados da população, como comunidades eclesiais de base, conselhos tutelares, lideranças rurais e indígenas. Em Brasília, desenvolve desde 2007, em sete escolas públicas de áreas carentes, o projeto Onda, para formar adolescentes em direitos humanos e orçamento público. A experiência já foi premiada e até conseguiu assegurar recursos no orçamento do Distrito Federal para consertos e reforma das escolas (veja nesta página).

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Trata das eventuais alterações na cobrança de tributos federais, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e define a política de aplicação das agências de desenvolvimento, como o BNDES



Fonte: Cartilha Para entender o Orçamento - <http://tinyurl.com/27nqasx>

Estas são algumas das novidades trazidas pela LDO

- **Obras irregulares** – A decisão de paralisar os empreendimentos com indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) passa da Comissão Mista de Orçamento para o Executivo. Considerada a mudança mais polêmica, a suspensão dos repasses federais “deverá ser adotada somente depois de esgotadas as medidas administrativas cabíveis”. O prazo para o TCU enviar a lista dessas obras ao Congresso foi ampliado de 30 para 90 dias.
- **Teto para reajuste de benefícios do funcionalismo** – Auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica, por exemplo, só serão reajustados se o valor unitário vigente não ultrapassar o valor médio praticado pela União em março de 2010 para cada um dos benefícios. A medida vale para todos os Poderes e para o Ministério Público da União.
- **Metas e prioridades** – O governo não encaminhou o principal anexo da LDO, que contém as metas físicas das ações prioritárias para 2011. A justificativa é de que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são prioridade em 2011, o que só será conhecido no Orçamento.
- **Estrutura remuneratória** – Permanece a obrigatoriedade de divulgação pela internet da estrutura de remuneração do pessoal civil, com a novidade de entender essa exigência para o pessoal terceirizado.
- **Jogos Olímpicos Rio 2016** – O comitê organizador obteve tratamento diferenciado em relação a outras entidades, ficando dispensado de comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria e da declaração de funcionamento regular da entidade nos últimos três anos, inclusive com a inscrição no CNPJ.

Cenário traçado pelo governo para 2011

Salário mínimo
R\$ 535,91

Crescimento da economia **5,5%**

Inflação **4,5%**

Juros básicos (Selic) **8,75%**

Taxa média de câmbio **R\$ 1,84**

Economia de gastos (superávit primário) **R\$ 125,5 bilhões**

Receitas primárias **R\$ 936,4 bilhões**

Despesas primárias (pessoal, custeio e investimento) **R\$ 854,7 bilhões**

Saiba mais

Cartilha Especial Cidadania – Para entender o Orçamento
www.senado.gov.br/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_orcamento_2008.pdf
Instituto de Estudos Socioeconômicos

www.inesc.org.br/

Apresentação do Ministério do Planejamento LDO 2011

www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/100415_

apresentacao_pldo2011.pps

Consulte termos técnicos pelo glossário do Siga Brasil

www9.senado.gov.br/porta/page/porta/orcamento_senado/Glossario



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL